



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DAPARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB-IFPB
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO 2ª
LÍNGUA PARA SURDOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

EDIVÂNIA FLORO NICÁCIO ALMEIDA

**EDUCAÇÃO BILÍNGUE: OS DESAFIOS DO ENSINO DO PORTUGUÊS NA
MODALIDADE ESCRITA PARA ALUNOS SURDOS**

JOÃO PESSOA

2020

EDIVÂNIA FLORO NICÁCIO ALMEIDA

EDUCAÇÃO BILÍNGUE: os desafios do ensino do português na modalidade escrita como segunda língua para os alunos surdos

TCC-Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, Campus/polo João Pessoa, para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª língua para Surdos, sob a orientação do(a) Prof.(a) Me. Camila Michelyne Muniz da Silva.

JOÃO PESSOA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha – IFPB, *Campus* João Pessoa

A447e

Almeida, Edivânia Floro Nicácio.

Educação bilíngue : os desafios do ensino de português na modalidade escrita para alunos surdos / Edivânia Floro Nicácio Almeida. – 2020.

19 f.

Artigo (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa como 2ª Língua para Surdos) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação. Diretoria de Educação a Distância.

Orientadora: Prof^ª. Me. Camila Michelyne M. da Silva.

1. Bilinguismo. 2. Língua portuguesa – Escrita – Ensino. 3. Alunos surdos – Aprendizagem. 4. Rede pública de ensino. I. Título.

CDU 81'246.2:376

EDIVÂNIA FLORO NICÁCIO ALMEIDA

**EDUCAÇÃO BILÍNGUE: OS DESAFIOS DO ENSINO DO PORTUGUÊS NA MODALIDADE
ESCRITA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA O ALUNO SURDO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora, do
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia
da Paraíba (IFPB), para obtenção do título
de Especialista em Ensino de Língua
Portuguesa como 2ª Língua para Surdos.

João Pessoa, 02 de dezembro de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Camila Michelyne M. da Silva

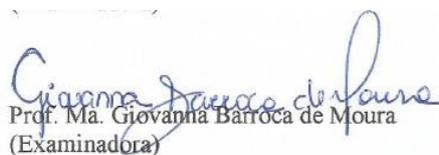
Prof.(a.) Ma. Camila Michelyne Muniz da Silva

Orientador(a) – UFPE



Prof. Dra. Edneia de Oliveira Alves

Avaliador(a) – UFPB



Prof. M^a. Giovanna Barroca de Moura
(Examinadora)

Prof.(a.) Ma. Giovanna Barroca de Moura

Avaliador(a) – IFPB

Educação bilíngue: os desafios do ensino do português na modalidade escrita como segunda língua para os alunos surdos

Autor¹Edivânia Floro Nicácio Almeida

Orientador² Camila Michelyne Muniz da Silva

Resumo:

Este trabalho é um desdobramento das várias leituras realizadas na pós-graduação em Ensino da Língua Portuguesa na Modalidade Escrita para Surdos do Instituto Federal da Paraíba- IFPB. conceituar o bilinguismo no contexto escolar para alunos surdos. Tendo como objetivos específicos pesquisar se há ou não nas publicações em periódicos/revistas metodologias para o ensino da língua portuguesa escrita para estudantes com surdez, analisar nos artigos científicos selecionados as opiniões dos autores acerca do tema proposto. Assim, o presente artigo visa colaborar com as discussões sobre a temática, mas sobretudo trazer para o cerne o debate a respeito do bilinguismo e os impasses para a efetivação do ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita para o educando surdo da rede pública de ensino.

Palavras-chave: Bilinguismo. Surdo. Língua Portuguesa escrita. Aprendizagem.

Abstract:

This work is an unfolding of the various readings carried out in the postgraduate course in Teaching the Portuguese Language in the Written Modality for the Deaf of the Federal Institute of Paraíba - IFPB. The main objective of the research was to contextualize bilingualism and the difficulties of teaching Written Portuguese to Deaf students. Having as specific objectives to research publications in periodicals / magazines about language policies for the deaf; compare in the scientific articles the authors' opinions about bilingual education for the individual with deafness, analyze in these works the theorists about the study object. Thus, the present article aims to collaborate with the discussions on the theme, but above all to bring to the core the debate about bilingualism and the impasses for the effective teaching of the Portuguese language in the written form for the deaf student of the public school system.

Key words: Bilingualism. Deaf Written Portuguese Language. Learning

¹ Especialista em Libras e Educação para Surdos pela Universidade Pitágoras – UNOPAR/PR

² Mestra em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um desdobramento das várias interlocuções realizadas durante a pós-graduação em Ensino de Português na modalidade escrita como segunda língua para Surdos (L2), pelo Instituto Federal da Paraíba – IFPB/UaB. Nesta direção, o tema proposto aborda o bilinguismo e os desafios em se ensinar a gramática da língua portuguesa brasileira para as pessoas surdas de forma escrita como segundo idioma.

Partindo deste pressuposto, a pesquisa justifica-se pela necessidade do constante debate sobre o bilíngüismo e as metodologias de ensino da L2 para esse sujeito, a fim de refletir sobre as possíveis mudanças de paradigmas no que concerne à educação de surdos incluídos na educação básica.

Assim sendo, com o amadurecimento das leituras realizadas nesse percurso, podemos compreender a importância da L2 para os sujeitos mencionados e, por conseguinte percebemos os desafios existentes no que concerne ao ensino bilíngüe para esse público.

Dessa maneira, como questão norteadora da investigação surgiu a seguinte indagação: quais os desafios para aplicação das metodologias de ensino de LP na modalidade escrita como segunda língua para surdo incluído na sala regular?

Sabe-se que esse sujeito se comunica pela sua língua natural que é a libras, contudo ele também tem o direito de aprender a língua portuguesa na modalidade escrita, levando em consideração o que estabelece o decreto 5.626/2005 no qual aponta que a mesma deve ser ensinada como L2.

Desta feita, para que esse aprendente com surdez desenvolva sua aprendizagem significativamente, é fundamental que as escolas conheçam as singularidades desses educandos, ou seja, é importante conhecer a cultura surda para poder entender como eles aprendem e conseqüentemente atendê-los em suas necessidades educacionais especiais.

Assim sendo, o objetivo principal deste trabalho consistiu em conceituar o bilinguismo no contexto escolar para alunos surdos. Tendo como objetivos específicos pesquisar se há ou não nas publicações em periódicos/revistas metodologias para o ensino da língua portuguesa escrita para estudantes com surdez, analisar nos artigos científicos selecionados contribuições dos autores acerca do tema proposto.

Reconhecemos que somente após o aprofundamento nas leituras das obras pesquisadas, poderemos encontrar possíveis respostas para os questionamentos suscitados no trabalho.

Assim, o presente artigo visa colaborar com as discussões sobre a temática, mas sobretudo trazer para o cerne o debate a respeito do bilinguismo e os impasses para a efetivação das metodologias do ensino da Língua Portuguesa na modalidade escrita para o educando surdo da rede pública de ensino.

1. ENTRELAÇAMENTOS ENTRE A LIBRAS O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA ESCRITA PARA ALUNOS SURDOS

Sabe-se que os debates acerca da inclusão dos alunos surdos em sala de aula regular compartilhadas por estudantes ouvintes tem gerado questionamentos acalorados, pois a escola como construtora de saberes e intitulada como acessível deve oferecer uma educação de qualidade para todos.

Nesse sentido, a escola participante deste processo precisa ter uma visão mais ampla sobre o ensino da L2 para os estudantes surdos, para poder proporcionar a estes sujeitos a condição de permanência e desenvolvimento educacional dentro do sistema de ensino.

Nesta perspectiva, a proposta de educação bilíngue para surdos fundamentada no respeito e na sua cultura, coloca a libras como a língua principal de instrução e ensino, isto é, a Língua de Sinais é reconhecida como língua materna/natural desse indivíduo e a Língua Portuguesa assume a posição de Língua Estrangeira, quer dizer, atua como segunda Língua (L2) para eles.

Neste caso, as principais críticas sobre esse assunto referem-se aos conteúdos privilegiados no planejamento das disciplinas e à forma como estes conteúdos são abordados em sala de aula para estes sujeitos.

Percebemos que a L2 vem sendo ensinada de acordo com o prisma conservador do ensino da Língua Portuguesa, segundo a qual o ambiente escolar torna-se apenas um espaço para mera transmissão de regras gramaticais, em detrimento das metodologias para o ensino da L2 que deveriam estar pautadas nas práticas inclusivas que coloquem em evidência os elementos da cultura surda como facilitador para aprendizagem desse indivíduo, em outras palavras é oportuno associar imagens e letras em Português a Libras, já que o aluno surdo aprende pela percepção visual.

É inegável que, o ensino e aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e da Língua Portuguesa (LP) na modalidade escrita como segunda língua (L2) para pessoa surda tem sido alvo de inúmeras pesquisas, como dito anteriormente, a fim de se

identificar os desafios e possibilidades do uso dessa metodologia no ensino regular para esse grupo.

A metodologia para o ensino de Português como segunda língua para o surdo é algo desafiador, já que implica em vários fatores socioculturais, entre eles estão a interação em sala de aula que é indispensável entre as duas culturas, pois envolve tanto a acessibilidade comunicacional, quanto as metodologias para o ensino do Português escrito, vale ressaltar que materiais didáticos adequados também são essenciais para alcançar o objetivo de uma aprendizagem significativa no entanto também não encontramos esse recurso nas instituições públicas de ensino.

Para Thompson (2018, p.22)

Nos contextos reais da vida cotidiana, esses tipos diferentes de interação frequentemente estão entrelaçados de maneiras complexas e os indivíduos estão constantemente se movendo entre eles, ou mesmo interagindo de várias maneiras simultaneamente.

Parafraseando o autor, sabe-se que uma sala de aula com alunos surdos e ouvintes que aprendem de maneiras distintas, faz-se necessário a aplicação de metodologias específicas para o ensino da L2, isso implica na cooperação de todos os envolvidos, professores e estudantes, uma vez que estamos falando de sujeitos de uma mesma nacionalidade, porém de culturas distintas. Dessa maneira entende-se que esses alunos necessitam de métodos opostos para aprender e se comunicar ainda que estejam dividindo o mesmo ambiente escolar.

Segundo Perlin e Strobel (2014, p.25) “a cultura surda é o padrão de comportamento compartilhado por sujeitos surdos na experiência trocada com os seus semelhantes quer seja na escola, nas associações de surdos ou encontros informais”.

Como bem pontuaram as autoras, a “cultura surda é o padrão de comportamento compartilhado” e no ambiente escolar não poderia ser diferente, compreende-se que seja necessário que a escola conheça esse modo de ser da pessoa surda para que ocorra essa interação cultural.

E como resultado disso teremos o favorecimento da aprendizagem desse sujeito na L2, uma vez que, a escola denominada inclusiva deve criar condições para o acesso e permanência tanto dos discentes ouvintes quanto dos discentes surdos para que tenham as mesmas oportunidades educacionais e sejam tratados como os demais estudantes independente do seu idioma.

Entretanto, há visivelmente um desencorajamento por parte da sociedade nesse sentido, que somado a isso gera um número insuficiente de professores de língua

portuguesa com conhecimento linguístico e cultural para atuar nessa modalidade de ensino. Silva e Silva (2016, p.41) destacam que:

Os profissionais conhecem as demandas para a inclusão educacional dos surdos, no entanto, desenvolvem práticas pouco fundamentadas nas necessidades apresentadas pelo público, por isso enfrentam severas dificuldades para ensinar.

De fato, muitas vezes percebemos uma resistência por parte do corpo social majoritariamente ouvinte em aceitar a pessoa surda e suas especificidades, isso acaba contribuindo para a construção de um estereótipo desse indivíduo, rotulando-o como um sujeito incapacitado de adquirir conhecimento.

Possivelmente isso ocorre porque antigamente houve o encarceramento da cultura surda que perdurou por anos a fio, principalmente quando a Libras não era aceita pelos ouvintes, colocando as pessoas surdas em condições de inferioridade por não utilizarem a língua oral para se comunicar.

Para Perlin e Strobel (2014, p. 26)

No contexto do povo surdo, os sujeitos não distinguem um de outro de acordo com sua surdez. O mais importante para eles é o pertencimento ao povo surdo por meio do uso da língua de sinais e da cultura surda, que os ajudam a definir as suas identidades. Portanto, ser surdo de nascença é muito respeitável na comunidade surda.

Desta maneira, faz-se necessário desmistificar a surdez como algo patológico, essa ideia padronizada que foi internalizada na sociedade precisa ser rompida, para que as propostas educacionais bilíngues e inclusivas sejam de fato executadas, tanto nas instituições de ensino públicas quanto privadas, para que esse sujeito como parte integrante da coletividade e atuante no ambiente escolar consiga receber uma educação condizente com as suas necessidades.

Nessa perspectiva, a escola tem um papel relevante no processo de ensino do português na modalidade escrita como L2 para surdos, em razão de que, ela é construtora de saberes, por isso, as instituições de ensino tem a oportunidade de fazer do seu espaço um lugar de possibilidades para que a aprendizagem desse sujeito na L2 seja concretizada.

Conforme Almeida & Lacerda (2019, p.2)

A despeito de intenções e estratégias de indivíduos ou grupos que buscam atender o aluno surdo em suas peculiaridades, favorecendo a aprendizagem, desinformações e conceitos inadequados ainda circulam em sala de aula, obstruindo a escolarização plena desses sujeitos.

Como citado acima, o que vemos são as lutas incessantes da comunidade surda para garantir esse direito de estudar em escolas bilíngues, deste modo, entendemos que o surdo

tem o direito a aprender a Libras como língua natural, conviver em ambientes inclusivos, e conseqüentemente adquirir o português escrito como segunda língua.

De acordo com Silva (2020, p.3)

Considerando-se que os indivíduos surdos, por constituírem uma minoria linguística dentro de uma sociedade majoritariamente ouvinte, estão inseridos na cultura e na língua dos ouvintes, se faz necessário e importante que eles sejam competentes na modalidade escrita da língua oral dessa comunidade. É essa competência que fará com que as pessoas surdas possam se colocar dentro de discussões que possam trazer a clareza sobre a Língua de Sinais que as pessoas ouvintes precisam ter.

Perante o exposto colocado por Silva, faz-se necessário fazermos um breve resgate da história para entendemos como o Congresso de Milão em 1880, contribuiu com essa lógica binária, a qual resultou na criação de metodologias de ensino padronizadas, já que naquela época os surdos eram proibidos de usar a língua de sinais nas ruas e principalmente na escola.

Naquela situação, restava aos surdos apenas a repetição e a cópia, não apenas da fala, mas especialmente da cultura ouvintinista, uma vez que eles não podiam se expressar por meio da língua de sinais, vale salientar, que muitas crianças surdas são filhas de pais ouvintes e desta forma não tem contato frequente com sua língua materna, por isso o ensino bilíngüe leva em consideração que durante os anos em que as crianças frequentam as instituições de ensino, elas estão em processo de apropriação de sua primeira língua que é a libras, assim seu maior contato escolar deve ser com professores bilíngües.

Destarte, precisamos sempre avaliar com bom senso e clareza as concepções filosóficas equivocadas que herdamos como doutrinas sociais, pois estas epistemologias dão origem e reproduzem saberes e valores que regulam condutas e modos de ser e agir, bem como constituem identidades e representações a partir das relações de poder estabelecidas nos meios sociais, educacionais, políticos e econômicos.

De acordo com Alves et. al (2015, p. 33)

Os surdos precisam aprender o Português na modalidade escrita, para uma melhor integração na comunidade ouvinte, mas como característica de segunda língua. Mas o que se tem visto nas escolas regulares em que os surdos estão inseridos é que as metodologias utilizadas são voltadas para atender às especificidades dos ouvintes. Ainda não se discute sobre a pedagogia surda, e o reflexo disto é a realidade de surdos que estudam Português da mesma forma que os ouvintes, sem que haja professores preparados para a condução de um trabalho que propicie a ampliação da competência linguística dos surdos.

Diante disso, muitos debates e propostas foram surgindo com o intuito de discutir sobre esta modalidade, logo percebemos a importância da aprovação da Lei nº 10.436/02 e ao Decreto nº 5.626/05, os quais tratam do reconhecimento legal da Libras e do ensino

da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua; e a necessidade da organização do sistema de forma a contemplar a educação bilíngue no ensino regular.

Segundo, Brasil (2008, p. 11)

Para o ingresso dos alunos surdos nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/Libras desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na língua de sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola.

Para tanto, são imprescindíveis recursos didáticos que objetivem o desenvolvimento tanto linguístico quanto social da pessoa surda, e conseqüentemente a valorização da sua cultura dentro e fora da sala de aula, é notório as dificuldades enfrentadas pelos surdos para usufruírem seus direitos, isso acontece em virtude da falta de comunicação entre pessoas surdas e não-surdas tornando-se uma barreira entre eles inclusive no que concerne ao ensino/aprendizagem da L2.

Porém, diante das mudanças efetivas nas políticas educacionais para alunos surdos, é imperativo que a Libras seja introduzida nas escolas em todos os níveis e modalidades de ensino, bem como, o ensino do português na modalidade escrita para que esse sujeito tenha oportunidade de aprender em condições de igualdade como assegura a lei. Nesse sentido, o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 certifica no capítulo IV das diretrizes inciso:

III - garantir, nas escolas ou classes bilíngues de surdos, a Libras como parte do currículo formal em todos os níveis e etapas de ensino e a organização do trabalho pedagógico para o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

Mesmo assim, a aplicabilidade do ensino de língua portuguesa na modalidade escrita como L2 deve ser capaz de corresponder às pluralidades dos alunos surdos em todas as suas formas, de maneira apropriada e com qualidade direcionando suas ações às especificidades do outro para poder suprir suas necessidades educacionais.

Segundo Almeida (2015, p.33)

O que se tem visto nas escolas regulares em que os surdos estão inseridos é que as metodologias utilizadas são voltadas para atender às especificidades dos ouvintes. Ainda não se discute sobre a pedagogia surda, e o reflexo disto é a realidade de surdos que estudam Português da mesma forma que os ouvintes, sem que haja professores preparados para a condução de um trabalho que propicie a ampliação da competência linguística dos surdos.

Como bem pontuou o autor, os profissionais de educação devem estar bem preparados em relação aos conhecimentos linguísticos que envolvem essa prática. Sabe-

se que na sociedade ainda se perpetua a mentalidade clínico terapêutica em relação a educação de surdos, e, é constantemente fortalecida por um grupo hegemônico de ouvintes que se mantém no poder, isso contribui para os entraves e consolidação das referidas transformações.

Após refletirmos acerca do bilinguismo, mais especificamente sobre os desafios do ensino da língua portuguesa na modalidade escrita para surdos, concordamos com Rodrigues (2015, p.133) quando afirma que:

Uma educação bilíngue pressupõe uma profunda mudança em organizações, conceitos, diretrizes, metodologias, posturas e concepções educacionais, uma educação bilíngue pressupõe uma profunda mudança em organizações, conceitos, diretrizes, metodologias, posturas e concepções educacionais. Assim, para que a educação de surdos tenha sucesso, é importante que haja todo um projeto educacional fundamentado na diferença linguística e cultural desses alunos.

Sendo assim, o aluno surdo terá a possibilidade de desenvolver seu cognitivo e seus sentimentos, construindo um conhecimento mais amplo, o qual irá contribuir para sua socialização com mais propriedade e consciência de sua personalidade.

É certo que, em famílias que possuem duas línguas e a criança já nasce em um ambiente bilíngue isso faz fluir naturalmente essa aprendizagem, pois para que se estabeleça uma comunicação entre o núcleo familiar é necessário este trânsito entre as duas culturas linguísticas, ou seja, existem muitas situações nas quais os sujeitos surdos podem ter contato com as duas ou mais línguas como é o caso do aluno surdo incluído na sala regular de ensino aprende o português na modalidade escrita que para ele é uma língua estrangeira.

Baseado no conceito de bilinguismo, Grosjean (1994) usa a ideia de que bilíngues são pessoas que utilizam duas ou mais línguas ou dialetos no seu dia a dia, incluindo desde o imigrante que fala com dificuldade a língua do país que o acolheu até o intérprete profissional que é totalmente fluente nas duas línguas. Desta forma, o autor afirma que o mais importante é que para além da grande diversidade existente entre essas pessoas, todas elas compartilham algo em comum, pois de uma forma ou de outra estabelecem comunicação e assim são usuárias de duas ou mais línguas.

Ultrapassando essas definições de caracterização e definição do bilinguismo Harmers e Blanc (2000) ressaltam que o bilinguismo é um fenômeno multidimensional, o qual deve ser investigado como tal e essa característica não deve ser ignorada. Por isso, os autores destacam a importância de analisar seis dimensões ao definir o bilinguismo: competência relativa; organização cognitiva; idade de aquisição; presença ou não de

indivíduos falantes da L2 no ambiente em questão; status das duas línguas envolvidas e identidade cultural.

O status atribuído a uma língua em determinada comunidade possibilitará ao indivíduo desenvolver diferentes formas de bilinguismo, o que é perceptível em todas as comunidades, uma vez que a língua dominante terá maior status e conseqüentemente maior necessidade de ser aprendida, a mais forte delas é a modalidade oral extremamente valorizada para o desenvolvimento cognitivo da criança e no caso dos surdos a sua própria língua acaba sendo desvalorizada e colocada em segundo plano no seu processo de escolarização, sendo assim torna-se um bilinguismo camuflado, pois o surdo acaba não dominando nenhuma das línguas com fluência.

METODOLOGIA

O ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua para o surdo, tem sido alvo de inúmeras pesquisas a fim de identificar os limites e possibilidades de aprendizagem deste sujeito. Sendo assim, discutir sobre a problemática da educação de surdos numa proposta bilíngue é essencial na contemporaneidade, uma vez que envolve duas culturas opostas, porém compartilhadas por surdos e ouvintes.

Sabe-se que o surdo precisa estar inserido em um ambiente escolar que valorize suas raízes culturais, para que ele possa se sentir incluído e conseqüentemente, capaz de desenvolver suas habilidades intelectuais e cognitivas de forma contínua. No que se refere a esses níveis de ensino, a educação bilíngue pode ser desenvolvida por meio de "docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de tradutores e intérpretes de Libras - Língua Portuguesa" (BRASIL, 2005, Artigo 22, Inciso II).

Diante do exposto, a metodologia utilizada neste trabalho é de cunho bibliográfico, em caráter qualitativo; os objetos da pesquisa são as publicações científicas relacionadas às metodologias de ensino de LP na modalidade escrita como segunda língua para surdo. Segundo Gil, (2008, p.62) "os periódicos constituem o meio mais importante para a comunicação científica. Graças a eles é que vem se tornando possível a comunicação formal dos resultados de pesquisas originais e a manutenção do padrão de qualidade na investigação científica".

Mediante a investigação realizada, pretendemos verificar se os métodos apresentados nas publicações investigadas colaboram para a aprendizagem desse sujeito. Para tanto faremos interlocuções com os autores Quadros e Schmidt (2006), Fernandes e Moreira, (2014), Lodi (2011), Silva (2020) entre outros, que irão contribuir para alicerçar a análise que faz parte dos objetivos específicos deste trabalho.

A coleta de dados foi realizada na “Biblioteca Eletrônica Científica Online (Scientific Electronic Library Online - SciELO) que é uma biblioteca digital de livre acesso a periódicos científicos brasileiros e no “Google Acadêmico” que, como em outras ferramentas de pesquisa, ordena os resultados por ordem de relevância”. A seleção das obras baseou-se nos seguintes fundamentos: idoneidade do autor, a relevância do artigo e à proporção que foi mencionado em outros trabalhos acadêmicos, realizamos o levantamento bibliográfico com intervalo de uma semana entre um e outro para que pudessem ser lidos e analisados.

Verificamos que o artigo: Políticas de Educação Bilíngue para Surdos: o contexto brasileiro, das autoras **Sueli Fernandes e Laura Ceretta Moreira** foram citadas em outros trabalhos sessenta e nove vezes de acordo com a ferramenta de pesquisa ora especificada. No mesmo site, mas com título: Ensino da Língua Portuguesa como segunda Língua para surdos: impacto na Educação Básica da autora **Ana Cláudia Balieiro Lodi**, percebemos que este artigo foi referenciado trinta e oito vezes em outras publicações.

Ainda, no Google acadêmico selecionamos a autora **Ronice Muller de Quadros e Magali L, P, Schmidt** com o trabalho sobre: Ideias para ensinar português para alunos surdos, atendendo ao critério supracitados, a obra foi citada trezentos e sessenta e três vezes, dentro desses resultados encontra-se as publicações científicas da Revista Scielo (Scientific Electronic Library Online).

Como citado acima, após a coleta de dados, foi realizada a análise do conteúdo, para tanto seguimos as etapas descritas abaixo por Bardin apud Gil (2008, p.152) “desenvolve-se em três fases: (a) pré- análise; (b) exploração do material; e (c) tratamento dos dados, inferência e interpretação”. Portanto, vale salientar que pesquisas referentes as políticas educacionais, bem como históricas, também serão oportunas, uma vez que são fundamentais para embasar o estudo.

ANÁLISE DOS DADOS

Após o contato com as publicações analisadas foi decidido utilizar como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, buscando responder as inquietações apresentadas anteriormente. Para isso, destacaremos dentro das três publicações pontualmente apenas os capítulos dos trabalhos referentes ao bilinguismo e ao ensino do português como segunda língua na modalidade escrita para surdos, pois evidenciam os aspectos culturais e educacionais da comunidade surda.

1. Políticas de Educação Bilíngue para Surdos: o contexto brasileiro. Autoras: Sueli Fernandes & Laura Ceretta Moreira, Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 51-69. Publicado pela Editora UFPR. Certificamos diante da pesquisa realizada no Google Acadêmico, que esta publicação foi citada sessenta e nove vezes em outros trabalhos.

2. Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na Educação Básica. Ana Cláudia Balieiro Lodi. (Capítulo 5. Página 83 analisado). Coleção-UAB/UFScar/Pedagogia, Língua Brasileira de Sinais- Libras uma introdução, 2011, citado 38 vezes por terceiros de acordo como a pesquisa realizada no mesmo site citado acima.

3. Ronice Müller de Quadros e Magali L. P. Schmidt. Idéias para ensinar português para alunos surdos. Brasília : MEC, SEESP, 2006. Publicado pelo Ministério. **Capitulo 1. Analisado/ 1.2 Educação bilíngue no contexto do aluno surdo.** Conforme resultado encontrado este trabalho foi citado trezentos e sessenta e três vezes. (363) por outros estudiosos.

Como dito, foram analisadas três publicações cujos autores são: Sueli Fernandes e Laura Ceretta Moreira (2014), Ana Cláudia Balieiro Lodi (2011), Ronice Muller de Quadros e Magali Schmidt (2006), vale salientar que focamos nos capítulos que trata da temática da pesquisa, para tanto, trouxemos para as interlocuções os pontos de vista das autoras sobre o assunto, frisa-se que isso ficou evidenciado nas citações. Assim, conforme os dados levantados referentes ao que se propôs investigar, iremos relacioná-los com as informações adquiridas nas referências que abordam essa temática para encontrar possíveis respostas para a questão problematizadora.

O presente trabalho vem mostrar as reflexões e discussões sobre o bilinguismo, notadamente o ensino de português na modalidade escrita como segunda língua para

surdos, que colabora em seu processo de aprendizagem. Pois, através desta modalidade o surdo pode desenvolver o bilinguismo, tendo como primeira língua a libras, e, por conseguinte poderá agregar na sua aprendizagem a aquisição da língua portuguesa escrita a qual contribui para sua apropriação cultural.

Diante desse cenário, torna-se ainda mais importante para a comunidade surda ter contato com a língua portuguesa na modalidade escrita, pois, tem-se a oportunidade de quebrar barreiras para que estes sujeitos possam identificar-se com a sua própria língua, e conseqüentemente tornar-se bilíngüe, já que vivem em um país cuja língua majoritária é o português. No texto 2 as autoras:

Fernandes & Moreira, (2014, p. 57-58) ilustra:

A despeito dessa identificação com sua língua de conforto, a língua portuguesa é a língua oficial do país, pela qual se realizam as interações sociais básicas, desde a família, à escola e o trabalho. Isso impõe a necessidade do uso social do português em ambientes formais, que assume o status de segunda língua para os surdos brasileiros, obrigatório no processo de escolarização dos surdos. Essa situação caracteriza formalmente a condição bilíngüe dos surdos brasileiros.

A língua de sinais faz parte da cultura da surda e a “condição bilíngüe” como citado capacita-os para que eles tenham uma visão de mundo mais clara e ampla. O desenvolvimento do ensino de português escrito como segunda língua, potencializa as capacidades do aluno surdo que estão arrefecidas, sendo possível estimular um o ensino e aprendizagem igualitário e qualitativo, tal como se propõe a legislação brasileira.

Assim, aprender o português escrito, traz ao aluno surdo a possibilidade de desenvolver seu cognitivo, construindo um conhecimento mais abrangente, o qual irá contribuir para sua socialização com mais propriedade e consciência de sua personalidade. Por conseguinte, os surdos rompem a hegemonia gramatical dos ouvintes e traz à tona a sua cultura linguística, bem como suas experiências sociais e educacionais.

Portanto, é através do ensino do português na modalidade escrita como segunda língua, que o surdo poderá abstrair e estabelecer relações de significado entre a escrita da gramática da língua portuguesa e a língua de sinais, pois essa intersecção registra com clareza e nitidez um novo jeito de aprender, oportunizando seu desenvolvimento bilíngüe, que ocorrerá com eficácia se tiver como subsidio a sua própria língua, na modalidade viso-gestual e escrita.

Segundo Lodi, (2011, p. 88)

Para isso, é imprescindível que elas tenham possibilidade de desenvolver linguagem por meio do estabelecimento de relações com interlocutores em Libras, pois sem este desenvolvimento, torna-se impossível pensarmos na

aprendizagem de uma segunda língua, ou seja, da língua portuguesa na modalidade escrita.

Partindo desse pressuposto citado pela autora, a proposta bilíngue surge para requerer uma reestrutura pedagógica, com matérias de apoio que tenham a Libras como língua predominante em todas as atividades escolares, desenvolvendo no surdo a apropriação, a valorização e o domínio sobre sua própria língua, garantindo uma base educacional sólida visando uma organização diferenciada desde a educação básica até o nível superior.

Pois, enquanto segunda língua a parte escrita do português será compreendida e trabalhada nos espaços escolares, sendo ensinada também como conteúdo de complementação curricular, uma vez que por ser a língua utilizada e reconhecida também como oficial em nosso território não pode ser menosprezada, mas sua avaliação deve ser coerente a seu papel de segunda língua.

Dessa maneira, a escola intitulada como acessível subentende-se que é uma construção para todos, por isso a sociedade deve ser participante deste processo, uma vez que precisa ter uma visão mais inclusiva, para proporcionar aos sujeitos da educação a condição de permanência e desenvolvimento educacional dentro da mesma.

Para isso, o país ainda precisa de muitas modificações, pois vivenciamos cotidianamente a descaso por parte dos governantes com esse grupo social que precisa de um suporte especializado para que possam ter uma educação bilíngue de qualidade.

Lodi, (2011, p. 90) enfatiza:

Temos que entender que as duas línguas em jogo neste processo diferenciam-se quanto à estrutura e ao modo de funcionamento: apropriar-se da linguagem escrita exige da criança um alto grau de abstração em relação ao mundo e aos objetos, alcançado, unicamente, no decorrer do desenvolvimento da Libras. A escrita é assim entendida como uma linguagem no pensamento, nas ideias, estabelecendo, desse modo, uma relação com a linguagem interior construída no processo de apropriação da primeira língua (ou da linguagem oral no caso de crianças ouvintes).

Sendo assim, a pessoa surda não precisa é obrigado a entrar e permanecer em um ambiente que não tem interação linguística com ele, no qual ele sente-se mais excluído do que incluído. O surdo precisa desenvolver seu potencial argumentativo para decidir de maneira consciente onde quer desenvolver a sua aprendizagem sem que sua presença seja forçada, com aceitação dentro da escola regular só para o cumprimento de leis sem o objetivo de desenvolver as suas potencialidades.

Para que a luta bilíngue seja compreendida em sua profundez faz-se necessário o resgate dos conhecimentos inerentes ao processo histórico do surdo, com destaque as suas

conquistas sociais enquanto usuário de uma língua diferente da língua dominante de seu país, mostrando como se deu a evolução linguística do surdo nos ambientes educacionais, sociais e familiares, revelando as dificuldades motivadoras para o surgimento da proposta educacional bilíngue.

Para que a proposta educacional bilíngue seja implantada, precisa-se dialogar sobre quais as contribuições reais da mesma a vida educacional do surdo, com destaque para a importância do desenvolvimento da L1 (LIBRAS) do surdo através do contato desde a educação infantil com professores bilíngues que utilizem a língua de sinais em suas comunicações de modo natural, sendo um modelo para os discentes.

Fernandes & Moreira (2014, p.58)

Isso significa que a Libras deveria ser aprendida preferencialmente de zero a três anos, garantida como primeira língua (L1) e como língua de instrução, além do aprendizado do português como língua oficial do país para garantir o letramento e acesso ao conhecimento formal aos cidadãos surdos brasileiros.

Diante disso, fica nítido quais os reais anseios do povo surdo com a escola bilíngue, dando ênfase para que o fator incluir os surdos em salas de aulas regulares acompanhados de intérpretes não satisfaz o campo da aprendizagem significativa dos mesmos, pois esse processo de transmissão, acomodação e retransmissão pode deixar falhas irreparáveis e não desenvolve no ambiente escolar uma comunicação direta entre os surdos e os ouvintes principalmente entre os professores e os surdos.

Segundo Quadros e Schmidt (2006, p. 19)

No caso do aluno surdo, a educação bilíngue vai apresentar diferentes contextos dependendo das ações de cada município e de cada estado brasileiro [...] Independentemente do contexto de cada estado, a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Assim, pensar em ensinar uma segunda língua, pressupõe a existência de uma primeira língua. O professor que assumir esta tarefa estará imbuído da necessidade de aprender a língua brasileira de sinais.

Nesse sentido, o bilinguismo almeja promover espaços para a escolarização inicial dos surdos usando a Libras como a língua de interlocução entre professores e alunos, sendo ela a responsável por mediar o processo de ensino e aprendizagem desde a educação infantil. Para Quadros e Schmidt (2006, p.23)

Isso significa que ela estará concebendo um mundo novo usando uma língua que é percebida e significada ao longo do seu processo. Todo esse processo possibilita a significação por meio da escrita que pode ser na própria língua de sinais, bem como, no português.

Diante do exposto, percebemos que enquanto segunda língua a parte escrita do português será compreendida e trabalhada nos espaços escolares, sendo ensinada também

como conteúdo de complementação curricular, uma vez que por ser a língua utilizada e reconhecida também como oficial em nosso território não pode ser desconsiderada, mas sua avaliação em relação ao aluno surdo deve ser coerente a seu papel de segunda língua.

Compreendendo que a maioria das crianças surdas são filhas de ouvintes e desta forma não tem contato frequente com sua língua, por isso essa estrutura leva em consideração que durante os anos em que as crianças frequentam a educação infantil, elas estão em processo de apropriação de sua primeira língua (Libras), assim torna-se indispensável que seu contato na escolar seja com sujeitos/professores bilíngues.

Assim, percebe-se que ao profissional da educação faz-se necessário a percepção acerca do mundo do surdo para que assim, estabeleça uma relação de interação e respeito, passando a compreender o processo de desenvolvimento deles, entendendo que diferenças linguísticas estão presentes na escola e, conseqüentemente buscar alternativas para que os desafios do ensino do português escrito para os estudantes surdos sejam resolvidos a contento, oportunizando esse sujeito a fazer parte de uma educação equilibrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa bibliografia trouxe para o cerne da discussão pontos importantes sobre o bilinguismo e seus desafios na educação, as autoras evidenciaram algumas dificuldades dessa metodologia e o que seria possível para melhorar esse processo dos sistemas de ensino.

Ainda destacaram às expectativas da comunidade surda quanto ao ensino da Língua Portuguesa como segunda Língua na modalidade escrita, contudo nas obras analisadas não ficaram evidentes as respostas para a questão norteadora do trabalho, que aborda quais os desafios para aplicação das metodologias de ensino de LP na modalidade escrita como segunda língua para surdo incluído na sala regular?

Sendo assim, entendemos que diante desse cenário globalizado em que vivemos, torna-se ainda mais necessário para a comunidade surda, matérias adequados para o desenvolvimento da sua aprendizagem e também a essencialidade de profissionais capacitados para exercer essa função.

Assim, espera-se que o professor dê ênfase às habilidades de leitura e escrita para o surdo utilizando a Língua Brasileira de Sinais – Libras concomitantemente com a L2, oportunizando o progresso do aluno em relação a Língua Portuguesa escrita, pois esse

mecanismo também os capacita para uma visão de mundo crítica, o que favorece a conquista de direitos e o pleno exercício da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, W. G., (org). **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.** Ilhéus: Editus, 2015. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf> Acesso: 08/10/2020.

ALVES, F, C, et al. Educação de surdos em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In: ALMEIDA, W. G., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.** Ilhéus: Editus, 2015. Disponível em: < <http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457-03.pdf>> Acesso: 07/10/20.

BRASIL, **Decreto Nº 5.626**, de 22 de Dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso: 18/09/2020.

BRASIL, **Decreto Nº 10.502, DE 30 de Setembro de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948> Acesso:08/10/2020.

GIL, A, C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf> Acesso: 08/09/2020.

LODI, B, C, A. **Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na Educação Básica.** Coleção UAB/UFSCar/Pedagogia/Língua Brasileira de Sinais uma introdução, cap 5. Universidade Federal de São Carlos, 2011. Disponível em: <https://ceiq4.webnode.com/files/200001670-19cee1ac87/2.pdf#page=82>> Acesso: 08/11/2020.

PERLIN, G. STROBEL, K. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, p. 17-31. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/03.pdf> Acesso: 09/11/2020.

QUADROS, R, M e SCHMIDT, P, M. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006. 120 p. Disponível em: <https://alex.pro.br/libras5.pdf> Acesso: 08/11/2020.

QUADROS, R, M. **Políticas Linguísticas e Educação de Surdos em Santa Catarina: espaço de negociações.** Cad. Cedes, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 141-161, maio/ago. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a03v2669.pdf>> Acesso: 08/10/2020.

RODRIGUES, CH. A sala de aula de surdos como espaço inclusivo: pensando o outro da educação atual. In: ALMEIDA, W.G., org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente.** Ilhéus: Editus, 2015. Disponível em:

<http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457-07.pdf>. Acesso: 17/10/2020.

SILVA, C. M. M. **Recursos Tecnológicos para o ensino de Língua Portuguesa para Surdos**. Instituto Federal da Paraíba - IFPB, 2020. Disponível em: <https://ava.ead.ifpb.edu.br/course/view.php?id=433> Acesso: 01/11/2020.

SILVA, M, C.; SILVA, H, N, D. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola? **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. V. 20, n. 1, Janeiro/Abril de 2016: 33:43. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v20n1/2175-3539-pee-20-01-00033.pdf> Acesso: 07/10/2020.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

THOMPSON, J, B. **A interação mediada na era digital**. V.12 - Nº 3 set./dez. 2018 São Paulo - Brasil p. 17-44. **MATRIZES**. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i3p17-44> Acesso: 31/11/2020.